

Diretores do Sindsep participam de seminário sobre a erradicação da transmissão da Aids

Os diretores do Sindsep; Maria da Penha Figueiredo, da secretaria de Formação e Raimundo Pereira de Souza, vice-presidente, representando o Conselho Estadual de Saúde, participaram ontem, 11, do seminário promovido pela Secretaria Estadual de Saúde sobre erradicação da transmissão da Aids.

Durante a tarde ontem, Arthur Kalichman, médico sanitário do Ministério da Saúde discorreu sobre o tema “Diretrizes para eliminação da Aids e da transmissão do HIV como problemas de saúde pública até 2030”, detalhando as ações do governo federal e seus parceiros do SUS para execução das políticas públicas que irão proporcionar essa erradicação.

Para o vice-presidente do Sindsep/MA, essa é mais uma oportunidade de mostrar a importância do Sistema Único de Saúde

(SUS) e da necessidade de fortalecê-lo.

“É exatamente nesses momentos de dificuldade que a população compreende a importância do SUS para nossa sociedade. Em um país com tamanha desigualdade social como o Brasil, o SUS salva muita gente e isso precisa ser valorizado com o fortalecimento do Sistema”, afirmou Raimundo Pereira, vice-presidente do Sindsep/MA. O evento começou ontem na Escola de governo, na rua da Estrela, no centro da cidade e prossegue durante todo o dia de hoje com uma programação bastante rica para setor de saúde pública do estado.

Começa hoje também a 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora



ra. O evento que acontece na faculdade Anhanguera, no Turu, terá uma vasta programação durante os dois dias e amanhã e ao final da plenária serão eleitos os delegados à Conferência Nacional que acontecerá em Brasília.

ELEIÇÕES PARA
DELEGADO SINDICAL

**FIQUE ATENTO
A ASSEMBLEIA
NO SEU LOCAL
DE TRABALHO.**

**VOCÊ
É FUNDAMENTAL
NESSA CORRENTE!**

ASSEMBLEIA GERAL
FUNASA APICUM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº
033/2025

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados da FUNASA APICUM em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Geral no dia 17 de junho de 2025, às 09:00 horas, no Auditório da Sede situado à Rua do Apicum, 141 - Centro, São Luís - MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Eleição de Delegados de Base.

São Luís (MA), em 12/06/2025.
João Carlos Lima Martins,
Presidente.

ASSEMBLEIA GERAL
MINISTÉRIO DA SAÚDE E SESAI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº
035/2025

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados do Ministério da Saúde e SESAI, em gozo dos seus direitos Estatutários, para participarem da Assembleia Geral no dia 16 de junho de 2025, às 09:00 horas, no Auditório do SESAI sito à Rua 1º de Janeiro - Jordoa - São Luís - MA, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta: 1- Eleição de Delegados de Base.

São Luís (MA), em 12/06/2025.
João Carlos Lima Martins,
Presidente.



Oposição a Lula quer ajuste das contas públicas nas costas do trabalhador

“Ajustar as contas públicas nas costas dos trabalhadores e das trabalhadoras confirma, mais uma vez, que a oposição no Congresso Nacional cede às pressões e atende aos interesses de empresários e banqueiros, os detentores de grandes fortunas, que não querem pagar impostos”, afirma o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre. O dirigente aponta que há uma pressão dos parlamentares de oposição ao governo Lula para que esse ajuste seja feito a partir do “enxugamento” de benefícios sociais, ou seja, de livrar os mais ricos.

“Eles usam a narrativa de que não querem a criação de mais impostos, mas não assumem nem explicam à sociedade que não querem mais impostos somente para os ricos e super-ricos”, analisa.

Essa concentração de riqueza, afirma Sérgio Nobre, vem também da não taxação dos lucros e dividendos. E é importante que seja feita. “Quando é feita a negociação de PLR (Participação de Lucros e Resultados), o trabalhador paga imposto de renda e o acionista não paga”, ressaltou o presidente nacional da CUT, ao destacar que quanto mais o sistema tributário de um país tem a carga tributária focada no consumo e na produção, mais injusto é o sistema.

A oposição vem indicando que quer cortes nos gastos governamentais como no Benefício de Prestação Continuada (BPC), no seguro-defeso e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), entre outros, mas sem mexer nos benefícios e isenções fiscais dos empresários que chega-

ram a R\$ 523,7 bilhões no ano passado. Um estudo da Unafisco revela que R\$ 271,7 bilhões são entregues sem que haja contrapartidas. Isso significa que 51,88% das renúncias que o governo concede não se pagam.

Na quarta-feira (11) os líderes do PP e do União Brasil, partidos que têm quatro ministros na gestão do presidente Lula, acenaram que votarão contra a MP do governo. Eles divulgaram uma nota em que dizem que a solução para a questão fiscal é o corte de gastos do governo nos recursos destinados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Eles também sugeriram a reforma do arcabouço fiscal, com retorno das sanções e perseguição do centro da meta fiscal; reversão sobre o que chamam de déficits das empresas estatais; reforma administrativa; “racionalização” dos concursos públicos (o que pode ser entendido como suspensão dos concursos) e desvinculação dos recursos da saúde e educação.

O presidente Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), defende o corte de gastos, mas apresenta projeto que permite acúmulo de aposentadoria com salário e cria gratificação para ex-deputados. Em nenhum momento, a oposição acenou com a possibilidade de cortar o valor das emendas parlamentares, que atualmente está na casa dos R\$ 52 bilhões. Ou seja, mais uma vez a bancada conservadora do Congresso quer que os trabalhadores, as trabalhadoras e a população vulnerável paguem pelo ajuste fiscal.

Já o governo federal quer taxar os mais ricos para estancar o déficit estimado neste ano em R\$ 20 bilhões. Nesta quinta-feira (12), Hugo Motta disse que vai acelerar a votação para derrubar o decreto



presidencial sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Para Sérgio Nobre, é fundamental que a classe trabalhadora se una em torno da proposta da taxação dos super-ricos, com os pobres pagando menos impostos para que haja maior justiça social, que é uma das lutas da Central Única dos Trabalhadores.

“No Brasil os ricos praticamente não pagam impostos. Quem paga mais é o trabalhador com carteira assinada, que, dependendo do salário, chega a ter 27,5% retidos para pagar o imposto de renda. Ele não sonega, paga na fonte. O autônomo pode até não pagar, mas não tem direito algum. O rico paga em média apenas 2%, o que é praticamente nada”, diz Sérgio Nobre.

No Brasil, as cinco pessoas mais ricas têm a mesma renda que as 100 milhões, que representa quase metade da população do país, segundo relatório da Oxfam, organização britânica que monitora a desigualdade no mundo.

Matéria completa em Cut.org.br
Escrito por: Rosely Rocha